



ANÁLISE ORÇAMENTO DO ESTADO

Pagar a dívida à custa da miséria



DOMINGUES DE AZEVEDO

Bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas

Confesso que no momento em que escrevo estas linhas, ainda não me recompus do choque - fiscal - que constitui o Orçamento do Estado para o próximo ano.

O documento, que se conheceu de forma oficiosa no final da semana passada, foi esta segunda-feira apresentado sem alterações de fundo ao primeiro impacto que abalou a maior parte dos portugueses.

Os adjetivos já quase que foram todos esgotados. A irreduzibilidade e insensibilidade do governo revelou-se chocante.

O ministro Vítor Gaspar anunciou um cenário pré-apocalíptico: "Ou o nosso documento ou o caos", como se a Assembleia da República não existisse e o mês e meio de discussão prevista na especialidade fosse simplesmente para cumprir os rituais parlamentares. Ignorou-se o povo, economistas, empresários, as forças políticas da oposição e muitas vozes vindas de dentro da coligação, que não esconderam o seu descontentamento.

A alteração dos escalões do IRS é o dossiê que mais fortemente vai inflacionar a fatura fiscal. Mais uma vez o fator trabalho e os trabalhadores por conta de outrem representam a fatia de leão do esforço contributivo. Dizem as primeiras estimativas que o fisco vai arrecadar 37% do PIB. Uma enormidade.

Não seremos originais em considerar que este Orçamento do Estado para 2013 só por verdadeiro milagre será coroado de sucesso e cumprido na sua quase totalidade. Dizemo-lo sem ponta de favoritismo e com o máximo de imparcialidade e distanciamento.

Este orçamento é um completo exercício de fé por parte dos seus mentores. Não relança a economia, porque não produz riqueza, quando até um aluno do primeiro ano de Finanças sabe que para pagar as dívidas é preciso aumentar a produtividade e o vigor da atividade económica.

Simplemente porque incorre num erro de fundo: as opções

que foram tomadas não são coerentes com a nossa realidade.

O que está em causa não é a adoção de austeridade como uma das receitas para reabilitar o enfermo, mas o modelo de tratamento, unicamente orientado neste sentido e com um fito político claro de obrigar os que menos podem a pagar a crise e os erros sucessivos da classe política. Mais uma vez, o grande capital, os negócios particulares e ruinosos para o erário público ficaram à margem ou abordados ao de leve.

Se 2013 será, porventura, o ano de maior incerteza e instabilidade das nossas vidas, o que já é garantido é a fatura fiscal insuportável que, logo à cabeça, a partir de janeiro, vai fazer desaparecer uma boa maquia do nosso rendimento mensal.

Espalhar o terror fiscal é um exercício de quase puro masoquismo, em que meia dúzia se deleitam com o sofrimento de milhares. As pessoas não são mera estatística. E obrigar a que a dívida colossal, que tem muitos responsáveis identificados, seja paga à custa da miséria de muitos dos nossos compatriotas e do hipotecar de sonhos de gerações inteiras é um ato de irresponsabilidade política, com consequências sociais e económicas inimagináveis, que a história se vai encarregar de julgar. Ouvir dizer que "só" faltam 20 meses para a 'troika' abandonar Portugal não causa alívio, só avoluma o sentimento de desespero. ■

Artigo redigido segundo o Novo Acordo Ortográfico

Este orçamento é um completo exercício de fé por parte dos seus mentores. Não relança a economia, porque não produz riqueza, quando até um aluno do primeiro ano de Finanças sabe que para pagar as dívidas é preciso aumentar a produtividade e o vigor da atividade económica.

Caso prático

Casal, dois filhos



- Luís e Ana
- Dois filhos
- Trabalhadores por conta de outrem

Rendimento colectável

Anual total: **42.192 euros**

Valor do IRS a pagar em 2013

*O valor total de IRS a pagar vai sendo abatido todos os meses através das retenções na fonte, cujas tabelas só serão publicadas posteriormente. No final, tendo em conta as deduções à colecta, é feito o acerto de contas e calculado se há mais impostos a pagar ou a receber.

Anual total: **10.813 euros**

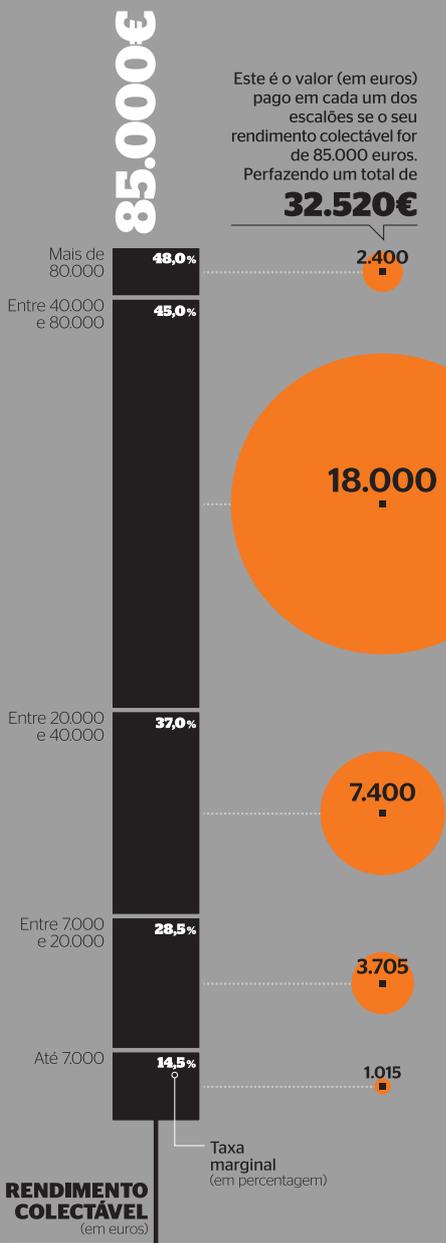
Varição 2012/2013:

+2.582€

Aumento da carga tributária **5,12%**

A progressividade do imposto

A taxa a aplicar ao rendimento colectável dos contribuintes é progressiva. Isto significa que não basta aplicar, por exemplo, 48% sobre 85 mil euros. Os cálculos feitos pelas Finanças são diferentes. Assim, os primeiros sete mil euros de rendimento são sujeitos a uma taxa de 14,5%, sendo que, a parte do rendimento entre sete mil e 20 mil euros será taxada 28,5%. Os 20 mil euros seguintes terão a taxa de 37% e os 40 mil de 45%. Apenas os cinco mil euros que ultrapassam os 80 mil euros é que estarão sujeitos à taxa de 48%.



Aos novos escalões acresce uma sobretaxa de 4% cobrada mensalmente. No último escalão de IRS acresce ainda uma taxa de solidariedade de 2,5%